

A FORMAÇÃO LEITORA COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Daiane Dantas Martins ¹

RESUMO

Em virtude da Lei 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica, surgiu a necessidade de fazer valer as determinações desta normativa legal. Corroborando com esta lei e avançando no sentido do desenvolvimento de ações de combate ao racismo na escola, este trabalho visa apresentar a utilização da formação leitora como estratégia para a promoção de uma educação antirracista a partir da leitura e discussão em sala de aula de obras literárias que tragam como pano de fundo de suas narrativas contextos que dão visibilidade a personagens marginalizados e enredos que viabilizam discussões que trazem à tona vivências e experiências marcadas pela exclusão. A sala de aula torna-se, portanto, um espaço de promoção do gosto pela leitura de obras literárias, além de ser um lugar onde reflexões críticas de realidades distintas marcadas pelo viés da exclusão racial que tanto marcou a história do Brasil sejam desenvolvidas. Assim, trazemos a leitura antirracista com o objetivo de promover uma reflexão crítica sobre o racismo, suas manifestações e os impactos provocados pela sua prática ao longo do tempo, a fim de promover a conscientização e a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Vale ressaltar que esta proposta não se limita à leitura de livros especificamente sobre racismo, alcançando obras que desafiam e problematizam as estruturas de poder, as narrativas dominantes e a desigualdade racial.

Palavras-chave: Educação antirracista, Educação Básica, formação leitora, leitura antirracista.

INTRODUÇÃO

Nota-se que o racismo ainda se faz muito presente na sociedade brasileira, mesmo após tanta luta e combate desenvolvidos, sobretudo por lideranças negras. Por mais que a escola seja um espaço privilegiado de construção do conhecimento, pode-se observar que seu cotidiano ainda é marcado por práticas racistas, pois o “racismo resiste como arma ideológica de dominação, como justificativa para que as classes dominantes mantenham o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças” (MOURA, 1994, p.2). Dessa forma, torna-se necessário e urgente desenvolver práticas de combate ao racismo no ambiente escolar que possam ser desenvolvidas no dia a dia das unidades escolares, pois, muitas vezes, estas questões só são lembradas e problematizadas nas comemorações do dia da consciência negra, dia 20 de novembro.

¹ Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia., daiane.martins@nova.educacao.ba.gov.br;



É mister salientar a urgência de se desenvolver práticas que permitam o cumprimento das determinações legais da Lei 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica. Em virtude da relevância da questão determinada por esta lei, desde o ano letivo de 2023, que a autora deste trabalho desenvolve um projeto de leitura antirracista, em uma escola estadual da Bahia, sendo este ano de 2025 o terceiro ano de desenvolvimento deste projeto.

No desenvolvimento do referido projeto, se considera que a leitura, conforme Lima (2019), não se reduz ao domínio técnico do código linguístico, mas constitui uma forma de apreensão e intervenção no mundo, uma prática cultural e socialmente mediada, que implica posicionamento crítico. Nesse sentido, a mediação da leitura no ambiente escolar deve ser compreendida como espaço de formação política, em que o educador atua como sujeito intencional da construção de sentidos, “preparando a cena para a presença do texto literário” (GONÇALVES apud LIMA, 2019, p. 99). Dessa forma, desenvolve-se a leitura de obras literárias, semanalmente sendo lido e abrindo-se o espaço para a discussão crítica de aspectos que sejam considerados relevantes, sobretudo relacionados a temas que envolvam questões de cunho étnico-racial.

A proposta de formação leitora antirracista pode contribuir como

uma opção decolonial, no sentido de desconstruir estéticas e saberes cristalizados, estereótipos desumanizantes, desmantelando a ótica colonialista, a partir de um movimento de insurgência educativa propositiva, recriando e reconstruindo novas condições sociais, políticas e culturais de pensamento (NETTO e OLIVEIRA, 2023, p. 37).

Esta proposta de formação leitora antirracista, em virtude disso, está ancorada na seleção de obras literárias que abordam a temática étnico-racial, como aquelas produzidas por autores/as negros/as e dialoga com a concepção de escrevivência, formulada por Conceição Evaristo (2020). Assim, a escrevivência propõe que haja uma ruptura com pressupostos que se ancoram na separação entre a experiência pessoal e a produção intelectual, conferindo à pesquisa a força de denúncia coletiva e de resistência, ao inscrever os sujeitos como protagonistas de suas histórias e saberes. Essa perspectiva legitima a proposta desta pesquisa de analisar uma prática pedagógica desenvolvida por



uma educadora a partir de sua própria vivência profissional, em uma escola da rede pública baiana, como fonte de produção de conhecimento.

O conceito de “assunção de si”, apresentado por Paulo Freire (2011), também é basilar para esta pesquisa, uma vez que compreende a educação como prática libertadora, que provoca a reflexão no sentido perceber que o/a educador/a deve reconhecer-se como sujeito histórico e agente de transformação. A importância da reflexão crítica sobre a prática docente é reforçada por esta questão e se faz imprescindível como condição para o exercício de uma pedagogia comprometida com a justiça social. Assim, pensar a prática educativa à luz da leitura crítica e da valorização das vozes subalternizadas representa uma forma de resistência ao modelo de educação bancária e reprodutora, ainda inserida no cotidiano de muitas escolas.

Aliado a isso, nota-se o alinhamento dessa abordagem com a defesa de uma educação politizada defendida por Hooks (2013), ao chamar a atenção para a necessidade de um ensino que transgrida as normas opressoras e possibilite o engajamento dos sujeitos com a transformação de sua realidade. Para esta autora, o ato de ensinar implica uma prática de liberdade que deve romper com estruturas hierárquicas de poder, além de promover o reconhecimento das experiências múltiplas de seus sujeitos.

Destaca-se que o objetivo principal deste trabalho é apresentar a utilização da formação leitora como estratégia para a promoção de uma educação antirracista a partir da leitura e discussão em sala de aula de obras literárias que tragam como pano de fundo de suas narrativas contextos que dão visibilidade a personagens marginalizados e enredos que viabilizam discussões que trazem à tona vivências e experiências marcadas pela exclusão.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, consistiu na análise qualitativa dos materiais produzidos e utilizados ao longo da implementação do projeto de leitura antirracista, tais como projetos desenvolvidos, atividades, anotações, fotografias e vídeos de eventos, além da observação cotidiana do trabalho desenvolvido com os estudantes ao longos dos três últimos anos.

Através da escrita narrativa, apresenta-se alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento deste projeto, baseado no conceito de escrevivência de Conceição Evaristo (2020), propõe-se refletir sobre a própria vivência, enquanto professora da área



de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sendo ao mesmo tempo sujeito e objeto de pesquisa.

Esta pesquisa se debruça sobre a prática pedagógica da leitura de obras literárias que permitam aos estudantes refletir sobre questões ligadas ao racismo que ainda se faz muito presente no cotidiano escolar, práticas estas que refletem situações observadas na sociedade como um todo. O trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos anos percorre um caminho que vai desde a escolha da obra que será lida e discutida ao longo de todo o ano letivo até a culminância do projeto que ocorre na comemoração do dia da Consciência Negra, em fins de novembro. As obras escolhidas permitem que os estudantes se debruçam sobre realidades que provocam, muitas vezes, indignação em relação às desigualdades que se configuraram ao longo da história do Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, consistiu na análise qualitativa dos materiais produzidos e utilizados ao longo da implementação do projeto de leitura antirracista, tais como projetos desenvolvidos, atividades, anotações, fotografias e vídeos de eventos, além da observação cotidiana do trabalho desenvolvido com os estudantes desde o ano de 2023 até a presente data. Está fundamentada na perspectiva da pesquisa narrativa inserindo elementos que se configuram como partes integrantes de uma prática, com ênfase na escrevivência como método e como teoria.

O reconhecimento do lugar da pesquisadora como parte constituinte do processo investigativo dialoga com os princípios da pesquisa narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2015), na qual o(a) pesquisador(a) é também sujeito da experiência, construindo sentidos conjuntamente com os(as) outros participantes.

Trata-se de uma escolha metodológica que analisa as experiências práticas de uma educadora que atua no cotidiano da escola pública e que, simultaneamente, assume o papel de pesquisadora. A escrevivência como metodologia, conforme formulada por Conceição Evaristo (2020), é aqui compreendida como possibilidade epistemológica e política de narrar experiências docentes vividas no interior da sala de aula.

O lócus dessa pesquisa é uma escola pública da rede estadual de ensino do estado da Bahia, onde é desenvolvido o projeto de leitura antirracista, coordenado pela docente-pesquisadora que propõe este trabalho. A escolha deste campo justifica-se por



sua relevância enquanto espaço de vivências e experiências concretas de ações pedagógicas voltadas à equidade racial, algo tão urgente em nossa sociedade.

Por fim, ao recorrer à problematização da própria experiência docente como campo de investigação e ao articular práticas de leitura com a luta por justiça racial, esta metodologia busca construir conhecimentos situados e comprometidos com a transformação da realidade escolar, pois “As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (ADICHIE, 2019, p. 32).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a promulgação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, persistem os desafios enfrentados cotidianamente por docentes que atuam na educação básica no tocante ao desenvolvimento de estratégias que promovam ações pedagógicas a fim de incluir no dia a dia das atividades escolares, propostas que versem sobre temas da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Tais desafios revelam a dificuldade de consolidar, no cotidiano escolar, estratégias que assegurem o cumprimento da legislação e, principalmente, a efetivação de uma educação comprometida com o respeito às relações étnico-raciais.

Para Nilma Lino Gomes (2003), para que ocorra a efetivação dessas leis é necessário se ir além de mudanças curriculares. Deve acontecer uma transformação epistemológica e pedagógica capaz de reconhecer a centralidade das experiências históricas e culturais de povos historicamente subalternizados.

Kabengele Munanga (2005) reforça que, apesar da legislação, a escola brasileira ainda se configura como um espaço que reproduz desigualdades, invisibilizando as contribuições trazidas pelas matrizes africanas e indígenas para a formação da identidade nacional. Nesse sentido, torna-se urgente o desenvolvimento de propostas pedagógicas que tensionem o currículo tradicional e possibilitem experiências de aprendizagem orientadas pela valorização da diversidade étnico-racial e pelo combate ao racismo estrutural.

Em virtude dessa demanda, foi desenvolvido, na escola de ensino médio da rede estadual de educação da Bahia em que a pesquisadora atua como professora da área de



Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, um projeto de leitura antirracista, cujo propósito é aliar a formação leitora ao enfrentamento das desigualdades raciais a efetivação de uma educação comprometida com o respeito às relações étnico-raciais. Trata-se de uma estratégia, que embora tenha como ponto de partida a área de conhecimento em que a pesquisadora atua, constitui uma proposta transversal que pode ser desenvolvida em qualquer área do conhecimento ou componente curricular, uma vez que se fundamenta na formação leitora crítica e na seleção de obras literárias que abordam as questões étnico-raciais. A literatura, nesse processo, assume papel fundamental, pois, como ressalta Bell Hooks (2013), possibilita o exercício de uma pedagogia engajada, que convida estudantes a refletirem criticamente sobre sua realidade social e a se reconhecerem como sujeitos históricos.

O critério de escolha dos autores e das autoras que serão lidos é central. No decorrer dos três anos de desenvolvimento do projeto de leitura antirracista, de 2023 a 2025, já foram lidas e discutidas obras como *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Junior; *A terra dá, a terra quer* (2023), de Antônio Bispo; *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves; e este ano está sendo lido *Quarto de despejo, diário de uma favelada* (2014), de Carolina Maria de Jesus. Essas leituras têm possibilitado a construção de espaços de reflexão crítica sobre identidade, memória, desigualdade e resistência. Nesse sentido, como argumenta Sueli Carneiro (2005), a valorização das narrativas negras e femininas constitui uma estratégia de enfrentamento ao epistemicídio, que historicamente excluiu essas vozes dos espaços de legitimidade acadêmica e cultural.

A estratégia metodológica da leitura de obras literárias na perspectiva antirracista apresenta realidades, muitas vezes ignoradas por uma parcela significativa dos estudantes, como, por exemplo, questões relacionadas à religiosidade afrobrasileira, presente na obra *Torto arado*, (JUNIOR, 2019), quando ficou perceptível que muitos estudantes escolheram não comentar sobre o tema, um estudante, que pouco participava das aulas, trouxe a sua experiência enquanto integrante de uma religião de matriz africana, contribuindo com a discussão ao ampliar as informações da turma a respeito da prática narrada na obra. Foi perceptível o quanto aquele estudante se sentiu valorizado, bem como, a sua manifestação religiosa que foi tratada de forma respeitosa no espaço da sala de aula. Assim, a partir do desenvolvimento do projeto de leitura, a experiência daquele sujeito foi compartilhada, acolhida e valorizada.



O projeto de leitura antirracista foi inicialmente pensado e desenvolvido utilizando o acervo pessoal da professora/pesquisadora, mas no ano de 2024 recebeu novas perspectivas com o incentivo financeiro através do edital do projeto Makota Valdina, desenvolvido pela Secretaria de Educação em conjunto com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. O apoio financeiro permitiu a aquisição de um acervo exclusivo de obras que abordam relações étnico-raciais, ampliando significativamente o leque de leituras e potencializando as discussões em sala de aula.

Assim, o projeto de leitura antirracista configura-se como uma prática que, além de estimular o gosto pela leitura, contribui para a efetivação de uma educação comprometida com a justiça social, com a equidade racial e com a construção de uma sociedade mais democrática. A sua execução amplia as condições para os estudantes exercerem o protagonismo ao permitir que suas experiências pessoais dialoguem com as experiências presentes nos enredos das obras escolhidas.

Trata-se de uma ação pedagógica que dialoga diretamente com o desafio apontado por Gomes (2017), ao enfatizar que a escola deve ser espaço de promoção da diversidade e da construção de identidades positivas para crianças e jovens negros e não negros.

A sistematização dos registros ao longo do desenvolvimento do projeto trouxeram à tona mudanças significativas no engajamento discente com as práticas de leitura. Um primeiro aspecto observado foi o aumento do interesse dos estudantes ao longo do ano pelas obras literárias que são lidas, evidenciado pela maior participação em sala durante os momentos de leitura e debate. Tal movimento demonstra que, quando a literatura dialoga com experiências socioculturais historicamente invisibilizadas, ela passa a representar uma possibilidade real de leitura de mundo, nos termos de Freire (2011), promovendo identificação e abertura para o conhecimento crítico.

Outro dado relevante diz respeito à indignação manifestada pelos estudantes diante de episódios de discriminação racial vivenciados pelas personagens das obras, por exemplo, quando Carolina de Jesus revela em Quarto de despejo - diário de uma favelada (2014), de forma a discriminação escancarada sofrida por ela. Essas reações emocionais demonstram não apenas compreensão textual, mas também um deslocamento em direção ao que Hooks (2013) compreende como pedagogia engajada: a leitura deixa de ser mera decodificação para tornar-se espaço de afetação e de tomada



de posicionamento frente às injustiças. Esse processo fortalece a consciência racial e a percepção do racismo enquanto estrutura social.

Além disso, observou-se que estudantes que usualmente não participavam das discussões das aulas passaram a se envolver ativamente quando se tratava da livro lido. Esse dado é especialmente significativo, pois pode indicar que a literatura escolhida promoveu espelhamento identitário e abriu espaço para que sujeitos que comumente se percebem deslocados na escola pudessem exercer voz e protagonismo, inclusive ao participar de forma mais ativa na culminância do projeto no evento realizado na escola em comemoração ao dia da consciência negra. Conforme Carneiro (2005), esse reconhecimento de si e de sua ancestralidade constitui estratégia fundamental de enfrentamento ao epistemicídio que historicamente silenciou as vozes negras nos espaços educativos.

Assim, os resultados parciais apontam que o projeto não apenas fortalece a formação leitora, mas também atua como ferramenta de transformação ao produzir espaços mais democráticos, antirracistas e de valorização das identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas permitem compreender que a formação leitora, quando orientada por uma perspectiva antirracista, constitui-se como estratégia concreta e eficaz para o enfrentamento das desigualdades raciais no cotidiano escolar. Este projeto buscou contribuir para a efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, reafirmando a importância de práticas pedagógicas que garantam a centralidade das experiências, narrativas e epistemologias de populações historicamente marginalizadas.

O desenvolvimento da proposta enfrentou desafios estruturais, como a escassez de obras de autores negros, indígenas ou com temática étnico-racial disponível na biblioteca escolar. A utilização do acervo pessoal da professora-pesquisadora foi fundamental para o início das ações, e o apoio financeiro recebido pelo edital Makota Valdina representou avanço significativo na construção de um acervo específico que foi fundamental para o fortalecimento das atividades.



A leitura de obras literárias permitiu aos estudantes refletirem sobre a história do racismo no Brasil, identificando permanências e transformações ao longo do tempo. Ademais, o contato com essas narrativas ampliou o repertório cultural da turma, despertou maior interesse pelas práticas de leitura e possibilitou espaços de reconhecimento identitário e valorização das experiências negras, em consonância com o que defendem Freire (2011) e Hooks (2013) ao compreenderem a educação como prática de liberdade.

Os resultados observados até o momento indicam que a leitura crítica das obras selecionadas potencializa o desenvolvimento da consciência racial, fomenta o protagonismo juvenil e fortalece a construção de relações pedagógicas mais democráticas, ancoradas no respeito à diversidade. Dessa forma, o projeto reafirma a escola como espaço de disputa de narrativas e de produção de subjetividades antirracistas.

Reconhece-se que ainda há muito a ser investigado, especialmente no que se refere ao acompanhamento longitudinal dos impactos dessas ações. Para os próximos passos, objetiva-se ampliar a produção de registros que colaborem com a produção de instrumentos mais sistemáticos de avaliação dos resultados.

Espera-se que esta experiência possa inspirar docentes de diferentes áreas a inserirem a leitura antirracista em suas práticas, contribuindo para a consolidação de uma educação mais justa, humana e comprometida com a dignidade dos sujeitos que a constituem.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas redes de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.



_____. **Lei n. 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação). USP, 2005.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. 2. ed. rev. Tradução do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores – ILEEL/UFU. Uberlândia, MG: EDUFU, 2015.

EVARISTO, Conceição. A escrevivências e seus subtextos. In: **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes (Org.); ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

_____, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada**. São Paulo: Ática, 10. ed., 2014.

JÚNIOR, Itamar Vieira. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

LIMA, Rita de Cássia Brêda Mascarenhas. O lugar dos mediadores de leitura. **Linha Mestra**, v. 37, p. 99-102, 2019.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Edição 34**, ago./set./out., 1994. páginas 28-38. Disponível em: http://escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura.pdf.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC, 2005.



NETTO, Carolina Angélica Ferreira e OLIVEIRA, Luiz Fernandes. Afinal, por que construir uma Educação Antirracista e Decolonial? In: SOUZA, João José do Nascimento e JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva. **Caminhos para uma educação antirracista: teorias e práticas docentes**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora / Piseagrama, 2023.

